

Revista de
Sociologia
e Política

Revista de Sociologia e Política
ISSN: 0104-4478
EditoriaRSP@ufpr.br
Universidade Federal do Paraná
Brasil

Sarti, Ingrid

A LEI DE FERRO DE MICHELS E O PLURALISMO: A DEMOCRACIA NA GUERRA FRIA

Revista de Sociologia e Política, vol. 20, núm. 44, novembro, 2012, pp. 73-81

Universidade Federal do Paraná

Curitiba, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=23826263005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A LEI DE FERRO DE MICHELS E O PLURALISMO: A DEMOCRACIA NA GUERRA FRIA

Ingrid Sarti

RESUMO

O texto revisita a teoria da organização partidária, a partir de um questionamento da impossibilidade da democracia partidária, tal como anuncia Robert Michels com sua noção de “lei de ferro” da oligarquia. Busca contextualizar o debate no âmbito da disputa ideológica do pensamento liberal da Guerra Fria. Procura explicitar as diferenças entre concepções de partidos e aborda o dilema socialista da participação de massas na representação moderna. Pretende atualizar a importância do resgate dos partidos no processo de emancipação do “público” na contemporaneidade

PALAVRAS-CHAVE: representação; partidos políticos; democracia; socialismo; Robert Michels.

I. INTRODUÇÃO

As experiências históricas dos partidos no século XX revelam uma tensão estrutural entre representação e participação que é tida como sério obstáculo para o projeto democrático idealizado particularmente pelos partidos socialistas. Atender às demandas de mobilização das massas e de democracia interna no partido, e, simultaneamente, às exigências do processo eleitoral e parlamentar, parece ter sido tarefa impossível na trajetória das democracias modernas. O registro do problema e a dificuldade de solucioná-lo deixam aberta a questão, que, longe de ter sido esgotada, ganha relevância na atual conjuntura de desencantamento da política e descrença em relação aos partidos políticos.

Nesse registro, a obra de Michels, *Partidos políticos*, é considerada um clássico da ciência política que consagra o exame da organização partidária como requisito da teoria democrática. Este ensaio retoma reflexão que procurei desenvolver sobre os desdobramentos da teoria da organização partidária a partir de Michels¹. Como em outras ocasiões, acompanho o percurso de autores contemporâneos que buscaram brechas e alternativas capazes de minar o determinismo

inexorável da *lei de ferro* das oligarquias partidárias, em busca de um modelo de democracia possível.

Contudo, procuro destacar um aspecto certamente menos explorado que remete à apropriação de *Partidos políticos* pelo pensamento liberal, nos Estados Unidos, como instrumento ideológico no contexto da Guerra Fria, no ensejo da crítica ao *partido único* comunista em contraposição à defesa do *pluralismo*. É interessante refletir como essa obra de cunho profundamente autoritário, escrita em 1911, chega ao ambiente intelectual-acadêmico dos Estados Unidos no início da década de cinquenta e consagra a versão liberal da crítica à utopia socialista.

Faço, então, a título introdutório, algumas observações sobre a teoria de partidos que é central no arcabouço da ciência política na expectativa de que se possa entender o contexto da influência do pensamento conservador de Michels no liberalismo anglossaxão (SARTI, 2006). A seguir, depois de uma breve referência à distinção entre as noções de partido liberal e socialista, contemplo o dilema constitutivo da teoria da organização partidária e recorro à uma importante literatura que busca alternativas ao viés dominante *antipartido* e anti-socialista.

II. OS PARTIDOS E O PLURALISMO ANGLOSAXÃO POSTERIOR À II GUERRA

Muito tempo se passou até que os partidos políticos despertassem interesse como atores de

¹ Basicamente, apoio-me em trabalhos anteriores: Sarti (1996; 1998).

fato fundamentais para a governabilidade das democracias ocidentais. No século XIX, os liberais norte-americanos dirigiram a questão da democracia para o florescimento de associações pluralistas não políticas, *à la* Tocqueville, sem conferir prioridade ao debate sobre a governabilidade democrática. No âmbito do liberalismo, só nas formulações políticas do pós-guerra na década de quarenta, com apogeu nos cinquenta, o tema dos partidos políticos torna-se objeto sistemático e central da análise teórica. Note-se que no conjunto das democracias ocidentais os partidos políticos só adquiriram definição legal depois da II Guerra Mundial, mesmo assim em poucas Constituições.

Quando a questão do desempenho dos partidos se torna tema de governabilidade democrática, cientistas sociais dão início, nos Estados Unidos, a uma série de pesquisas sobre eleições e partidos, com o objetivo de definir os mecanismos de escolha que determinam o comportamento dos eleitores e de avaliar o seu funcionamento nos sistemas democráticos vigentes. Enquanto a pesquisa empírica recebe extraordinário impulso, os estudos comparados são recomendados como tentativa de se chegar a um conceito *universal* de partidos políticos.

O resultado desta incursão foi um amplo e controverso material cuja profundidade foge ao escopo deste trabalho, porém cumpre observar que o interesse pelo tema surge na literatura quando o pluralismo político é a descoberta teórica que valoriza o estudo de partidos políticos como elemento-chave numa teoria específica da democracia, que em nada se assemelha à noção clássica de governo democrático e nem se baseia em ideais ou princípios; ao contrário, é pragmática e minimalista. Trata-se de uma concepção no qual, supostamente assegurada uma base mínima de distribuição de bens essenciais – como educação, habitação, saúde e justiça social –, os partidos exercem a função de manutenção do equilíbrio pluralista que garante um mínimo considerado suficiente de participação a cada parcela do povo. Assim a atuação dos partidos será avaliada em função do fim para o qual foram criados, ou seja, conquistar o poder político e exercê-lo de acordo com os interesses que representa. Portanto, é na competição eleitoral que se inscreve a problemática do partido liberal.

Ao contrário do que o nome indica, porém, é

justamente no aspecto unificador que o pluralismo afirma sua força: o sistema de partidos é concebido como a única forma de governo representativo, que supõe um único modelo de partido e se apoia sobre uma única visão de participação nas decisões.

No meio acadêmico, foi escassa a crítica à tentativa de se criar uma ciência política pretensamente universal e sob, seus critérios, orientar a pesquisa. Entre as exceções, Ranney (1968) ressalta o viés autocentrado e excludente na literatura – bem como na política – dos Estados Unidos, que, além da oposição aguerrida ao partido comunista, tendiam a ignorar os vários sistemas partidários não competitivos onde os partidos tinham um desempenho importante na estrutura governamental, como o caso da Índia. A ênfase crítica de Nicholls (1974) volta-se para a tentativa da teoria pluralista estadunidense de explicar, e frequentemente justificar, o sistema político da maneira pela qual funciona nos Estados Unidos, como se o modo pelo qual o sistema político opera nos Estados Unidos refletisse corretamente os direitos legítimos e os interesses de toda a população.

Paradoxalmente, é tal unicidade que garantirá o monopólio da democracia liberal: outras formas de organização e participação política, outros sistemas de governo e outros modelos de partido são a expressão da diferença, por esta razão lhes é reservada a exclusão. Reproduzindo a circularidade do argumento, só os partidos que se enquadram na definição de partidos compõem o sistema partidário. Em suma, é o sistema de partidos identificado com a problemática do governo liberal em seu objetivo estritamente voltado para a estabilidade política, um *sistema* que toma emprestado um termo muito mais amplo do que supõe seu funcionamento, qual seja, o de *democracia* representativa. Menos pluralista do que se anuncia e fundado no temor da maioria e no receio do igualitarismo, o sistema político ancora-se na representação como instrumento, e simultaneamente reflexo, de interesses econômicos. Chama a atenção também a ausência da *mediação* como traço que definiria sua natureza *pública*, em contraponto à que é central nessa concepção – *partidos como instrumentos funcionais da governabilidade*. A preocupação de reivindicar a natureza *pública* dos partidos será sistematizada apenas nas formulações das últimas

décadas do século XX, quando a crise dos partidos dos setenta conduzirá o tema sob os refletores do debate democrático.

III. A DEMOCRACIA E O PARTIDO SOCIALISTA

Se a teoria dos partidos políticos se insere no campo delimitado da teoria liberal democrática, na prática, o partido político está diretamente ligado ao surgimento de uma classe operária numerosa, gerada pela Revolução Industrial, e à necessidade de incorporá-la ao sistema, de modo a conter o conflito político de classes antagônicas. Para os partidos socialistas, a defesa da participação das massas é condição de realização do governo democrático. Já no século XX, inscrevendo-se no campo teórico do marxismo, a tarefa a que se propõe inclui a atuação democrática na mobilização e educação das massas, para a realização da democracia como meio, que se afirma na participação em todas as etapas da construção do socialismo. Ao mesmo tempo, em suas diferentes interpretações, é a afirmação da crença na função transformadora do partido, se não revolucionária, pelo menos mobilizadora e conscientizadora de sua base. O nível de exigência é considerável. Não apenas se pretende o socialismo, mas para chegar a ele se requer do partido um notável grau de democracia interna.

Dessa maneira, o partido socialista está permanentemente submetido à tensão entre as exigências internas de uma organização democrática, a representação de interesses classistas e, ainda, as demandas da competição eleitoral, que englobam interesses mais amplos e de natureza diversa. O debate teórico da Segunda Internacional é fértil em polêmicas, porém escasso na produção de soluções para esses dilemas. Muitos “ismos” foram adotados e poucos resistiram ao teste da história, sempre que se tentou formular estratégias partidárias que permitissem ao partido manter o ideal de participação em uma organização representante dos interesses da classe trabalhadora e, simultaneamente, bem-sucedida no jogo eleitoral e parlamentar de seu país. Na prática, todo o período da Guerra Fria nos deixou a constatação de que, sob o capitalismo, os trabalhadores se organizaram; porém, na tentativa de conciliar o sistema com a democracia, perderam o ímpeto revolucionário que o ideário socialista preconizava. A história mostra os trabalhadores atuando através de partidos, a partir da estratégia de participação

no jogo eleitoral das sociedades capitalistas em processo de democratização: não apenas liberal, nem somente socialista, o partido dos trabalhadores se tornou socialdemocrata.

IV. MICHELS E O DILEMA DA ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Vale notar que é escassa a produção sobre partidos políticos sob a ótica da teoria organizacional, particularmente quando comparada com a que tem fluído na área de análises de sistemas partidários e de eleições. Quando, em 1951, Duverger (1987) apontava seu “esforço de classificação metódico”, ressaltando o empirismo que caracterizava as investigações sobre o tema, em lugar da ciência, já comentava a ausência de algum estudo comparativo das estruturas partidárias. Até então, dois trabalhos haviam aberto o caminho para o conhecimento dos partidos como organismos complexos e diferenciados. O primeiro, de Ostrogorski (1902), analisava a emergência do partido moderno na Inglaterra e nos Estados Unidos. O segundo, em 1911, é o estudo de Michels sobre a possibilidade de uma democracia interna em organizações complexas. Foram precisos, portanto, trinta e sete anos para que Duverger retomasse a perspectiva organizacional, tendo a obra de Michels como interlocutor. As dificuldades da análise comparativa de partidos seriam ainda sentidas muito tempo depois, só recentemente a continuação do diálogo viria a ser assumida explicitamente por Panebianco (1988), que propõe a atualização da tipologia organizacional dos partidos com base na análise histórico-comparativa de partidos políticos.

Foi a partir da análise do Partido Social-Democrata Alemão (SPD) que Michels apresentou seu trabalho pioneiro sobre a relação entre democracia e organização, de onde extrai sua “lei de ferro da oligarquia”, ou a tendência inexorável à centralização e à burocratização das organizações de massa. A análise da estrutura do SPD leva-o a concluir pela impossibilidade de uma organização realizar seu fim democrático, que é inviabilizado pela combinação de elementos psicológicos dos chefes e das massas com as características burocráticas das organizações complexas. Influenciado por Weber e Mosca, também inspirado em Rousseau e Sorel, Michels se dilacera entre o tipo ideal, a democracia impossível e a análise histórico-concreta. Confronta-se com a polaridade conceitual de uma vontade geral que

não comporta partes, de um lado, e com um sindicalismo que requer organização para sobreviver, de outro. Seu sonho sindicalista-democrático se desfaz em um conflito sem saída, nos termos do próprio Michels: a democracia precisa da organização das massas e toda organização contém em si os germes do conservadorismo; logo, a democracia é impossível. Seu estudo levaria à impossibilidade do tipo ideal que perseguia: se a democracia é dos deuses, como dizia Rousseau, ela certamente não convém aos homens (SARTI, 2010).

Vimos que o interesse pela obra de Michels e as críticas à “lei de ferro” aparecem na literatura do pós-guerra, quando o “pluralismo” é a descoberta teórica que valoriza, nos Estados Unidos, o estudo dos partidos políticos como elemento chave da teoria da democracia. Questionar o caráter internamente democrático de grupos cuja competição era tida como fonte de democracia passou a ser uma postura adotada desde então como regra de pesquisa, com resultados surpreendentes. Os estudos de organizações, particularmente, demonstravam a possibilidade de arranjos que resultavam em algum tipo de democracia interna nos sindicatos. Na área específica de partidos, Eldersveld (1964) contesta explicitamente Michels e, com base em estudo realizado em Detroit, procura demonstrar que o poder não é concentrado em uma oligarquia, mas que a estrutura de poder é difusa e expressa em vários níveis de direção, no mesmo partido. Cada um desses níveis seria a expressão direta de coalizões representantes de diferentes estratos socioeconômicos e culturais, configurando uma “estratarquia”: o poder não é centralizado, como na oligarquia, nem diluído, como na poliarquia, mas sim dirigido por estratos que operam com considerável nível de independência.

A obra de Michels teve maior divulgação, de início, entre os socialistas e os teóricos interessados na classe operária, que logo apresentaram críticas à sua análise. Ainda nos anos 1940, Lipset começava seu trabalho de pesquisa sobre a democracia sindical, publicando depois, com Trow e Coleman, outra obra clássica, *Union Democracy*, na qual a “lei de ferro” é refutada, com base na análise da democracia interna do sindicato dos gráficos de Nova York (1956). No sindicalismo brasileiro, o confronto das teses de Lipset e Michels serve de referência para a análise de um sindicato estivador, organização típica de

desenvolvimento oligárquico que apresenta esforços de democratização interna, em determinado período histórico (SARTI, 1980).

Para Cook (1971), *Partidos políticos* não é uma obra sobre o dilema do governo democrático, mas, acima de tudo, consiste em um ataque polêmico ao sindicalismo, no qual se revela o dilema do governo igualitário idealizado pelo sindicalismo socialista: a discussão entre democracia e organização exclui a noção de representatividade, transforma o conceito de oligarquia em axioma do qual deriva a mesma democracia, e acaba, assim, por refletir o conflito irreconciliável entre os meios e os fins do socialismo.

As análises de caráter geral da obra de Michels questionam até mesmo a possibilidade de extrair generalizações de um estudo que localiza na dinâmica interna da organização as causas de sua constituição, em detrimento de uma abordagem integrada das condições socioeconômicas e políticas em que se insere essa organização. Sua compreensão do processo de formação do SPD teria sido prejudicada por não ter ele dado a devida importância às condições político-sociais e às “heranças históricas” que influenciaram o destino do partido (ROTH, 1963).

As críticas de caráter geral apenas precedem o questionamento da noção de poder de Michels. Interpretações variadas ora apontam seu caráter obsoleto, como em Cook (1971), ora sua estreiteza ao perceber o poder como algo que se possui e exerce-se unilateralmente, como em Panebianco (1988). Este ressenha-se de uma noção capaz de conter a relação de reciprocidade observada entre dirigentes e dirigidos. Roth, tal como o ex-militante Landauer (1959), observa que Michels subestima os funcionários de escalão inferior e seu papel como elo entre as lideranças e as bases, em sua avaliação sobre o controle exercido pela liderança. Para Roth (1963), também as massas foram subestimadas: “Michels strongly neglect the operational level of checks and balances by juxtaposing the extremes of ideal and real”².

Porém, a despeito das críticas que situam Michels em perspectiva, sua influência no estudo das organizações permanece. Contudo, a natureza

² “Michels negligencia fortemente o nível operacional dos pesos e contrapesos ao juxtapor os extremos do ideal e do real” (nota do revisor).

do dilema de Michels, centrado na concepção de democracia, não é o ângulo privilegiado pela teoria da organização partidária. Sua análise sobre o SPD tem servido muito mais como referencial para generalizações sobre a “lei de ferro”, a partir dos mesmos indicadores que Michels percebeu, notadamente aqueles que revelam o caráter elitista das lideranças, a propensão à manipulação das massas e sua tendência à apatia e à centralização irreversível das organizações. Portanto, são sobretudo aqueles aspectos através dos quais Michels se aproxima do pensamento conservador de Mosca e Pareto que configuram sua contribuição para a teoria organizacional dos partidos (MEISEL, 1958; 1965). Contudo, mesmo nos casos em que a referência é a “lei de ferro”, frequentemente as análises reinterpretem os pressupostos michelianos em sentidos diversos, e até mesmo contrários, às conclusões do pensamento original. Parece indiscutível que o estatuto teórico de Partidos políticos se deve, em grande parte, aos problemas que ele traz à luz, estimulando o debate para a busca de outras soluções, que não são as apresentadas na obra. O fato é que o diálogo com a “lei de ferro” tem dado resultados híbridos, na medida em que mantém as premissas do autor, mas atinge conclusões diferentes, ou simplesmente atenua o determinismo causal observável em sua obra.

V. ALTERNATIVAS E LIMITES DE UMA DEMOCRACIA PARTIDÁRIA NA LITERATURA DO SÉCULO XX

Um dos temas que têm suscitado controvérsias é a noção de tamanho, que para alguns autores seria uma variável privilegiada em Michels, da qual derivariam os fatores técnico e psicológico. Desde Michels, o tamanho da organização tem sido relacionado tanto ao grau de coesão de um partido quanto ao nível de participação de seus membros: os partidos menores tenderiam a ser mais coesos, contando com maior participação e menos burocracia. Considera-se, inclusive, que uma das preocupações dos líderes partidários estaria em prevenir a expansão excessiva de seus quadros, de modo a minimizar os conflitos internos. No entanto, outros estudos concluem que o tamanho não é condição para a coesão interna, nem garantia de participação; o PCI seria um caso exemplar: partido grande e coeso, teve sua participação diminuída justamente quando caiu o número de seus membros, nos anos 1950.

Outro aspecto que tem oferecido contribuições valiosas e distintas daquela sugerida por Michels se refere à relação entre a natureza dos chefes e os fins da organização. Para Michels não há a possibilidade de a liderança se manter fiel aos fins democráticos originais devido às solicitações da organização, que se torna mais complexa e, principalmente, e devido ao fato de a proximidade do poder mobilizar no indivíduo chefe os instintos hobbesianos de desejo incessante e cumulativo de poder. Esta característica psicológica parece consensual na literatura, mas as exigências da organização complexa são vistas sob outro ângulo, mais dinâmico, pelo qual a natureza humana se torna menos prejudicial. Lowi (1971) recusa a noção de abandono ou mesmo substituição dos fins democráticos pelo desejo da liderança de conservar o poder: os fins seriam apenas rearticulados, para se adaptarem melhor às necessidades da organização em sua fase de consolidação. Na mesma linha, Panebianco (1988) percebe nos partidos socialistas e comunistas, nos quais a ideologia é fator importante até mesmo de identidade coletiva, uma “sucessão de fins” que torna progressivamente latente a ideologia manifesta no início. Os fins seriam sempre reafirmados pelos líderes, mas a ênfase da ação estaria dada aos objetivos que não afetam a estabilidade do partido. O autor sugere uma tensão permanente entre os fins de um partido desse tipo e o comportamento de sua liderança, mas atribui a mudança no comportamento da liderança à sua identificação com a organização. Menos do que a preservação de seu próprio poder, a preocupação da chefia seria a estabilidade do partido.

Entre os resultados “híbridos”, o produzido por Duverger é dos mais criativos. Com toda sua admiração pelo partido socialista, que considera “o moderno partido de massa”, o autor tem um problema ao reproduzir fielmente o pensamento de Michels sobre a natureza oligárquica do poder. Reitera o “autoritarismo natural”, que seria, aliás, particularmente acentuado entre os dirigentes operários, contudo, confere ao Partido o mérito da “vontade democrática sincera”, que levaria a contrabalançar o poder do chefe através de mecanismos de funcionamento do partido. Portanto, embora coincida com Michels ao reiterar a natureza oligárquica dos dirigentes e considerar ilusória a noção de representação — “uma vez que todo poder é oligárquico” —, Duverger acaba por contestar a “lei de ferro”, na medida em que

ênfatisa a criação de mecanismos internos como modo de viabilizar o desempenho democrático dos partidos. Os partidos socialistas são, para o autor, um “desenvolvimento da democracia”, no sentido da realização da “esperança de evolução liberal ulterior”.

Em seu esforço para definir um método concreto de pesquisa que permitisse elaborar leis sociológicas para uma teoria geral dos partidos, Duverger colocou a noção de que os partidos experimentam profundamente a influência de sua origem: o conjunto da vida do partido traz a marca de seu nascimento. Sua tipologia descreve tendências, mais do que tipos, nitidamente distintas, tendências que repousam em uma coincidência entre categorias de distinções, relativas aos seguintes aspectos que compõem a estrutura do partido: o elemento de base, o arcabouço geral, os mecanismos de adesão, os graus e a natureza da participação, a escolha dos chefes e o papel dos parlamentares. Segundo essa tipologia, o partido socialista moderno, de massa, se define em linhas gerais por sua origem externa – criado a partir de uma organização já existente, o sindicato –, por sua organização em “seções”, pela tendência à disciplina e à centralização, assim como pela escolha direta de seus dirigentes, que exercem forte influência sobre o grupo parlamentar. Duverger adverte, porém, que o objetivo do tipo ideal é enfatizar a importância de definir com precisão essas distinções básicas em cada caso concreto; a expectativa é de que a variedade de estruturas seja ampla, contendo a originalidade de cada partido, inclusive dentro do mesmo tipo.

Panbianco expande, reformula e refina o modelo de Duverger, mantendo os pressupostos metodológicos do tipo ideal. Sua tipologia está centrada nas relações de poder que definem a dinâmica interna do partido, privilegiando as alianças e as lutas de poder dentro da organização como chave para a compreensão de seu funcionamento e das transformações que ocorrem. Em outras palavras, para pesquisar a ordem de um partido é preciso em primeiro lugar examinar a estrutura de poder: como ele é distribuído dentro da organização, como as relações de poder se reproduzem e se modificam e quais as consequências dessa modificação para a organização. O pressuposto é que a ordem é sempre uma ordem negociada, dependente do equilíbrio alcançado entre as várias demandas e pressões.

É do manejo – e do controle – de áreas de imprevisibilidade, chamadas “zonas de incerteza”, que depende o grau de institucionalização do partido e de estabilidade da coalizão dominante. Por maiores e mais bem controlados que sejam os recursos dos quais dispõe o chefe, em toda organização sempre há fatores que ameaçam a sobrevivência; a estabilidade interna dependerá de como esses fatores – as “zonas de incerteza” – são conduzidos e controlados na relação com as bases. A noção implica afirmar que todo ator controla pelo menos um mínimo de uma “zona de incerteza”: no limite, alguém da base partidária tem sempre a alternativa de apoiar uma elite minoritária, ou até mesmo abandonar o partido; por isso há a necessidade metodológica de identificar o conteúdo da relação de troca para definir o poder na organização. Para a correta percepção da negociação da ordem, Panbianco ressalta a importância da análise do processo de distribuição dos recursos de que a liderança dispõe para oferecer incentivos de mobilização e participação, sejam coletivos (de identidade) ou seletivos (materiais e de *status*). A questão do controle dos recursos será fundamental para consolidar o partido e definir sua coalizão dominante. Assume, portanto, a perspectiva de que o controle dos recursos nunca é monopolizado apenas por um grupo interno e a coalizão dominante será formada pelos atores que controlarem melhor as “zonas de incerteza”. A fisionomia da coalizão dominante, por sua vez, será expressão da ordem organizacional de um partido, produto da estrutura de poder que se desenhou em sua origem e se consolidou no processo de institucionalização do partido. O autor observa ainda que o grau de institucionalização pode variar, principalmente se a organização for sujeita a fortes modificações externas; mas, em geral, a maneira pela qual a institucionalização ocorre continua a marcar fortemente a organização do partido e condiciona, por décadas, seu sistema de competição interna e seu comportamento político.

A importância da origem do partido, apontada por Duverger, é aqui retomada com inovações: em primeiro lugar, o modelo se torna mais complexo em relação às possibilidades de emergência interna ou externa; em segundo lugar, a dimensão histórica adquire maior relevância na construção do modelo. Panbianco considera insuficiente a classificação de Duverger, particularmente no caso dos partidos de massa,

que se diferenciam entre si apesar da origem em comum, e acrescenta três fatores para definir seu “modelo genético”: a forma de constituição por “penetração territorial” (o centro do partido controla as associações periféricas) ou por “difusão territorial” (o partido nasce espontaneamente das associações de caráter local e só posteriormente se integra a nível nacional); a presença ou ausência de um agente externo (*external sponsor*), instituição que concebe o partido como seu “braço político” e constitui uma fonte de legitimidade externa ao partido; a presença ou não de um líder carismático. A partir dessas características que definem o modelo genético, Panebianco construirá o tipo ideal de “evolução organizacional”, que se apoia na teoria da oligarquia de Michels e na teoria de desenvolvimento da participação política de Pizzorno (1966), para quem o partido tende a evoluir de um “sistema de solidariedade” para um “sistema de interesses”. Na primeira fase, o partido seria uma comunidade de iguais, na qual os fins de todos os participantes coincidem e prevalece a cooperação entre eles; na segunda, o sistema se apresenta baseado no interesse dos atores e a competição provoca conflitos entre os fins divergentes. Por meio da burocratização e da rotina diária, o partido criaria novas desigualdades e a participação tenderia a cair. O autor observa, então, um processo de institucionalização organizacional, pelo qual os partidos evoluem e, no curso de seu desenvolvimento, tendem a passar de um período inicial – no qual certas necessidades prevalecem – a um período subsequente – no qual outras necessidades são prioritárias. A institucionalização seria, portanto, o processo que marca a passagem da gênese à maturidade do partido, através do qual uma organização incorpora seus valores e fins fundadores:

Em síntese, os partidos podem ser distinguidos de acordo com o grau de institucionalização que, por sua vez, depende do tipo de modelo genético que o originou. Panebianco elabora então uma tipologia na qual relaciona a possível influência de cada modelo genético no desenvolvimento da organização: o resultado é uma institucionalização forte ou fraca. A partir dessa tipologia, constrói finalmente o modelo organizacional, do qual o SPD é o caso histórico mais próximo, “um tipo ideal quase perfeito” (PANEBIANCO, 1988, p. 53).

De acordo com seus traços principais, o tipo ideal apresenta as seguintes etapas na transição da institucionalização, isto é, da fase genética à

maturidade organizacional: de um sistema de solidariedade para um sistema de interesses, isto é, de uma organização destinada a realizar os objetivos dos participantes (de acordo com o modelo racional) para uma organização mais inclinada à preservação de sua existência e à mediação entre objetivos e demandas heterogêneas (de acordo com o modelo natural); de uma fase de ideologia manifesta para uma na qual a ideologia torna-se latente e o partido passa do tipo “movimento social” para o tipo “profissional”; de uma crescente estratégia de dominação ambiental para uma estratégia cautelosa e circunspecta de adaptação ambiental; de uma fase na qual os líderes têm a máxima liberdade de movimento para definir objetivos, selecionar a base social e formar a organização, para uma fase de restrição máxima de sua liberdade de ação e de seu poder de manobra.

VI. OBSERVAÇÕES FINAIS

É inegável o avanço da teoria da organização partidária na tentativa de atenuar os pressupostos deterministas que inviabilizam a prática democrática de um partido político. O destaque, sem dúvida, está na contribuição de Panebianco que, se não demonstrasse a criatividade que de fato revela, já se justificaria pelo esforço teórico de reunião dos “clássicos” com os autores que se dedicaram a estudos de caso recentes. O trabalho desse autor resulta em uma vigorosa reinterpretação da teoria da organização partidária.

No entanto, e apesar de baseada na análise histórico-comparativa dos partidos políticos europeus, essa teoria ainda se restringe à compreensão da lógica partidária do ponto de vista estrito de sua organização interna. Pouco avançou no sentido de relacionar a estrutura interna de um partido com seu desempenho externo. A questão é crucial para avaliar as possibilidades da democracia contemporânea, que persegue o desafio da conciliação entre organização democrática e participação política, em todos os níveis de representação e governo.

A questão volta a ser protagonista da teoria política no final do século XX, quando novos partidos reintroduzem a utopia socialista nos cenários da globalização capitalista. A análise das transformações foge ao escopo deste artigo, mas não será demais lembrar que a introdução do paradigma das identidades na política e a abordagem de novos temas na estratégia de

conquista da ampla cidadania, mais do que mera novidade, foram o suporte que importantes partidos políticos encontraram para contrapor à “lei de ferro” uma reelaboração da utopia socialista na periferia da globalização capitalista, no final do século XX. Foi uma ousadia propor a construção de um espaço público que agregava a diversidade dos interesses. Caso emblemático, a vitória do Partido dos Trabalhadores nas urnas com a eleição do metalúrgico Lula, em 2002, foi acontecimento na contramão de todas as tendências políticas do Ocidente no início do milênio. Foi o renascer da utopia socialista a interromper a festa do capitalismo financeiro em sua celebração da queda do Muro de Berlim, do fim da história e da consolidação de seu poderio global.

Cabe sempre sublinhar que, para contrapor a democracia à globalização supostamente inexorável, é preciso trazer a política para a agora, esfera pública/privada como define Castoriadis (2001), território de constante tensão e luta, tanto quanto espaço de diálogo, cooperação e compromisso. Para isso, faz-se necessário, na feliz observação de Bauman (2000), interromper ao mesmo tempo a privatização e despolitização do espaço público, restabelecer a tradução do privado para o público, retomando o discurso interrompido do bem comum.

Revitalizar o espaço público, quando o privado prevalece, é pois o desafio que se apresenta aos partidos de esquerda na atual etapa de hegemonia do capital globalizado. Redescobrir o sentido do coletivo e reelaborar a solidariedade como valor em tecido social esgarçado no qual predominam as relações fragmentadas. Reinventar a cidadania lançando mão de todas as ferramentas que o extraordinário avanço da ciência e das tecnologias oferece, para que o acesso ao conhecimento não se cristalice em mais um instrumento a distanciar os cultos da maioria inculta. Dar voz às novas vozes que surgiram e organizaram os movimentos de etnias e gênero, quase sempre descrentes das instituições políticas, particularmente dos partidos, e que se querem atores da uma nova ágora. E, no contexto de fragilidade das instituições políticas que exercem a política local mas não têm o poder global, urge erigir um parlamento cidadão, capaz de legislar para o bem público tornando democrática a representação. Não é tarefa para um só partido, mas é um projeto cuja preparação e realização exige a constância e a inovação de movimentos sociais e partidos socialistas e democráticos em permanente resistência aos efeitos da barbárie que o império globalizado dissemina. Sem deixar jamais de recriar a utopia e renovar a esperança que, como disse Spinoza, é a matéria sobre a qual se constrói a democracia.

Ingrid Sarti (ingrid.sarti@gmail.com) é Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e Professora de Ciência Política e Relações Internacionais no Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTORIADIS, C.** 2001. *Figuras de lo pensable*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- BAUMAN, Z.** 2000. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- COOK, P. J.** 1971. Robert Michels' Political Parties in Perspective. *The Journal of Politics*, Cambridge (UK), v. 33, n. 3, p. p. 773-796, Aug.
- DUVERGER, M.** 1987. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- ELDESVELD, S.** 1964. *Political Parties: A Behavioral Analysis*. Chicago: R. McNally.
- LANDAUER, C.** 1959. *European Socialism*. Berkeley: University of California.
- LIPSET, S. M.** 1962. *Michels' Theory of Political Parties*. Berkeley: University of California.
- LIPSET, S. M.; TROW, M. & COLEMAN, J.** 1956. *Union Democracy*. Nova York: Free.
- LOWI, T.** 1971. *The Politics of Disorder*. New York: Norton.
- MEISEL, J.** 1958. *The Myth of the Ruling Class: Gaetano Mosca and the Élite*. Ann Arbor: University of Michigan.
- _____. 1965. *Pareto and Mosca*. Englewoods Cliff: Prentice Hall.

- MICHELS**, R. s/d. *Partidos políticos*. São Paulo: Senzala.
- _____. 1949. *Political Parties: A Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy*. New York: Free.
- NICHOLLS**, D. 1974. *Three Varieties of Pluralism*. London: Bowering.
- OSTROGORSKI**, M. J. 1970. *Democracy and the Organization of Political Parties*. New York: Haskell.
- PANEBIANCO**, A. 1988. *Political Parties: Organization & Power*. Cambridge (UK): Cambridge University.
- PIZZORNO**, A. 1966. Introduzione allo studio della partecipazione politica. *Quaderni di Sociologia*, v. 15, n. 3-4, p. 235-287, lug.-dic.
- SARTI**, I. 1980. *Porto vermelho*. Os estivadores santistas no sindicato e na política. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. 1996. A utopia de Michels e a democracia partidária em perspectiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 30, n. 11, p. 129-137. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_30/rbcs30_12.htm. Acesso em: 15.out.2012.
- _____. 1998. *Representação e a questão democrática contemporânea*. O mal estar dos partidos socialistas. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- _____. 2006. *Da outra margem do rio*. Os partidos políticos em busca da utopia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- _____. 2010. Rousseau, do realismo crítico à utopia. In: LIMA, M. C.; MEDEIROS, M. A.; REIS, R. R. & VILLA, R. D. (orgs.). *Clássicos das Relações Internacionais*. São Paulo: Hucitec
- RANNEY**, A. 1968. The Concept of “Party”. In: GARCEU, O. (ed.). *Political Research and Political Theory*. Boston: Harvard University.
- ROTH**, G. 1963. *The Social-Democrats in Imperial Germany*. Totowa: Bedminster.